

## RESENHA

**LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. How Democracies Die. Nova  
York: Crown Publishing, 2018**

### **DEMOCRACIA EM FASE TERMINAL NAS AMÉRICAS? COMENTÁRIOS SOBRE “COMO AS DEMOCRACIAS MORREM”.**

Nayara F. Macedo de Medeiros Albrecht<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho consiste em resenha da obra “How Democracies Die” de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. A resenha aborda os elementos principais do livro, sobretudo a ascensão do populismo autoritário no âmbito da discussão sobre regimes políticos. Na Ciência Política, a distinção clássica de regimes corresponde à divisão entre democracias e autocracias. No entanto, a atenção dos analistas tem se voltado cada vez mais aos chamados “regimes híbridos”, sistemas que combinam características de regimes democráticos e autoritários. Segundo Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, as democracias, no período contemporâneo, terminam não apenas por golpes de Estado, mas principalmente devido a ações de líderes eleitos que subvertem as vias institucionais em prol da concentração do poder. A resenha expõe reflexões sobre eventos políticos recentes no Brasil e nos Estados Unidos de forma a analisar em que medida o enquadramento utilizado pelos autores aplica-se a tais realidades.

**Palavras chave:** democracia, populismo, autoritarismo, regimes políticos

*Recebido em: 15/05/2019*

*Aceito em: 12/08/2019*

---

<sup>1</sup> Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas e Internet/Universidade de Brasília – LAPIN/UnB, [nayara.albrecht@gmail.com](mailto:nayara.albrecht@gmail.com)

## **IS DEMOCRACY IN THE TERMINAL STAGE IN AMERICAS? COMMENTARY ON “HOW DEMOCRACIES DIE”**

**Abstract:** The article aims to verify comparatively the distribution of the PSDB's voting for São Paulo's government between the 2014 and 2018 elections, which had, respectively, Geraldo Alckmin and João Doria as candidates. We assess the significant changes in the electoral scenario that might have contributed to the PSDB's voting decline in the state in the last election. Our brand-new database has first-round voting data and average schooling and age for more than 80,000 voting sections. Although Doria's voting was not as expressive as Alckmin's in 2014, we argue the voters' profile of both candidates is similar. We observe a clear pattern when we visualize the distribution of voting, considering the two social variables in the voting sections. As the main result, older and more educated voters tend to have a higher weight in the voting of both candidates.

**Key-words:** democracy, populism, authoritarianism, political regimes

## Introdução

O termo “regime” tem origem na palavra grega “politeia”, que significava constituição. Remetia, portanto, a uma forma de vida social, em uma visão mais holística da vida social que a perspectiva contemporânea, na qual regime político refere-se ao conjunto de regras associado ao exercício do poder (cf. Tilly, 2006; Rocha, 2013; Van den Bosch, 2014). No estudo comparado dos regimes políticos, a dicotomia clássica refere-se às democracias e autocracias. Existem tipologias, no entanto, que incluem categorias denominadas de “híbridas”. Nesse sentido, os regimes híbridos são aqueles que possuem características tanto de democracias quanto de autocracias (cf. Van den Bosch, 2014).

A análise dos regimes híbridos resulta do próprio contexto político da década de 1990, quando a chamada terceira onda de democratização deslocou as preocupações dos cientistas políticos da transição democrática para a qualidade da democracia (Pereira da Silva, 2017). Nesse contexto, Steven Levitsky e Lucan Way (2010) tratam do “autoritarismo competitivo”, um regime político híbrido caracterizado pela combinação entre a competição eleitoral e variados graus de autoritarismo. Assim, os regimes autoritários-competitivos apresentam a arquitetura formal das democracias – com a presença de eleições multipartidárias – mas com reduzidos graus de competição na prática. São regimes nos quais a competição é real, porém injusta.

Na definição clássica de Robert A. Dahl (2005 [1971]), a poliarquia – regime real mais próximo de uma democracia, tida como inviável – compreende duas dimensões: participação e contestação pública. Ainda que tal definição seja considerada como minimalista pela crítica participativa no âmbito da teoria democrática (cf. Miguel, 2005), trata-se de uma concepção comumente utilizada nos estudos políticos. Assim, o autoritarismo competitivo apresentaria instituições democráticas formais relacionadas à competição – no âmbito do eixo “contestação pública” – mas as chances efetivas de competição dos oponentes seriam prejudicadas por diversos fatores, tais como o acesso desigual à mídia, a manipulação eleitoral (inclusive mediante fraude), o abuso no controle dos recursos estatais e a perseguição em benefício dos detentores do poder (cf. Levitsky & Way, 2010).

Tal enquadramento teórico foi aplicado às realidades de países da Ásia, da África e da Europa Oriental, cujos regimes proliferaram após a Guerra Fria. Levitsky e Way (2010) contabilizaram, em 1995, trinta e três regimes autoritários-competitivos. De forma semelhante, Levitsky e Loxton (2013) aplicaram o conceito ao contexto dos países latino-americanos, sobretudo regimes que foram controlados por líderes de esquerda. Nesses países, entre os quais incluíam-se Bolívia e Venezuela, o surgimento do autoritarismo competitivo teria resultado do populismo. Os autores destacam que a eleição de líderes personalísticos, considerados como “outsiders” da política, teria mobilizado as camadas populares com um discurso calcado na substituição da ordem vigente.

Mais recentemente, a atenção se voltou para líderes de direita, sobretudo após a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Trata-se do estilo de governança conhecido como “populismo autoritário”, no termo empregado por Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019). A

análise de Norris e Inglehart (2019) se assemelha à perspectiva de Levitsky e Loxton (2013) quanto ao papel da combinação entre populismo e autoritarismo na erosão das instituições democráticas. Em 2018, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt publicaram “Como as Democracias Morrem” (*How Democracies Die*), mais uma obra sobre a erosão das instituições democráticas no período contemporâneo. Trata-se, de fato, de uma extensão do argumento já apresentado em 2013: a manipulação das massas por líderes carismáticos – no sentido weberiano – e a subversão gradual das instituições democráticas mediante vias legais.

O mecanismo causal que relaciona as duas variáveis – populismo e subversão das instituições democráticas – é a emergência de um discurso que visa estabelecer uma “nova ordem” em substituição à anterior. Líderes considerados como “outsiders” – devido à aparente falta de aproximação com a atividade política – elegem-se sob um discurso de renovação da política, mas utilizam-se de mecanismos institucionais para subverter a democracia, principalmente por meio do tratamento de adversários como inimigos. Sobre esse aspecto, vale lembrar que a definição de democracia pressupõe a existência de uma relação agonística em contraposição ao antagonismo. A diferença está no tratamento: a existência de inimigos pressupõe a tentativa de destruição de uma das partes, ao passo que a democracia, em seu sentido agonístico, pressupõe a coexistência pacífica entre oponentes que são considerados “adversários” (cf. Mouffe, 1999 [1993]).

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), diferentemente de golpes explícitos típicos de contextos históricos anteriores, a morte da democracia acontece hoje gradualmente por meio das vias institucionais. As instituições tidas como democráticas – como o direito ao voto – permanecem, mas o controle de recursos afeta o nível real de competitividade. Assim, na prática, a oposição encontra-se impedida de ter reais chances de vitória, o que compromete um dos pilares até das versões mais minimalistas de democracia. Em muitos casos, tais atitudes em direção à subversão da democracia são toleradas pela sociedade e pelo Judiciário, porque são retratadas como esforços em melhorar a democracia ou combater a corrupção (Levitsky & Ziblatt, 2018).

O maior risco às democracias contemporâneas reside, portanto, na própria natureza institucional e gradual da transição velada para o autoritarismo. As democracias morreriam pelas vias institucionais, sem um golpe abrupto e repentino. Embora os autores estabeleçam padrões que permitem identificar líderes autocráticos, nem sempre a subversão das instituições democráticas é visível ou previsível. O processo começa com palavras, com a difamação dos oponentes políticos e a expansão da desconfiança em relação à mídia. Ao passo que observadores subestimam o impacto das palavras, a estratégia discursiva, em um contexto caracterizado pela polarização ideológica, contribui para que a mídia abandone padrões profissionais em ato desesperado para enfraquecer o governo e a oposição tente recorrer a medidas extremas, o que fortalece ainda mais a fachada de legitimidade das medidas autoritárias adotadas pelo governo.

Para os fins da obra em questão, a democracia é definida como um “sistema de governo com eleições regulares, livres e justas, nas quais todos os cidadãos adultos possuem o direito de votar e detêm liberdades civis básicas como a liberdade de expressão e de associação” (Levitsky & Ziblatt, 2018, p. 12). O livro começa com a seguinte questão: “Nossa democracia está em

perigo?”. Embora a obra confira maior ênfase ao contexto dos Estados Unidos, muitos dos elementos discutidos se aplicam a outros contextos, inclusive à política brasileira<sup>2</sup>.

Assim como nos Estados Unidos, antes das últimas eleições presidenciais, a sociedade encontrava-se extremamente polarizada, principalmente no que tange às perspectivas em relação à imagem pública de Luiz Inácio Lula da Silva, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e consequentemente ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O vitorioso das eleições foi um candidato considerado como “outsider” da política<sup>3</sup>, embora tenha participado dela por quase trinta anos. Um dos pontos focais do discurso vencedor era o combate à corrupção, elemento, que no imaginário dos apoiadores, justificaria até mesmo ações moralmente controversas por parte do Judiciário. E outro dos elementos presentes no discurso de campanha consistiu na eliminação do “inimigo nacional”, relacionado à esquerda em geral ou mais especificamente ao PT<sup>4</sup>.

Nesse sentido, cabe destacar as considerações feita pela organização *Freedom House*. A *Freedom House* disponibiliza um índice cujo intuito é a classificação de regimes em uma escala contínua relacionada à existência de direitos políticos e liberdades civis. Entre 2018 e 2019, a nota do Brasil diminuiu de 78 para 76 (em uma escala de 0 a 100, cujo maior número corresponde aos regimes “mais democráticos”). No relatório de 2019, a *Freedom House* menciona que, no Brasil, o candidato populista de direita capturou a presidência mediante campanha de desinformação e violência política, além de apresentar retórica mergulhada em desprezo pelos princípios democráticos.

Para Levitsky e Ziblatt (2018), um dos elementos que possuem maior impacto na contenção ao autoritarismo é a atuação de elites políticas e de partidos, os quais agem como espécies de “filtros” ou “guardiães”. Trata-se de um mecanismo de proteção que, por vezes, assume uma natureza antidemocrática, uma vez que impede a ascensão de líderes demagogos queridos pelas massas. Os autores enxergam essa relação como uma escolha (*trade-off*) paradoxal, na qual elites e partidos atuam como guardiões da democracia impedindo a ascensão ao poder do líder carismático de preferência popular. Como expressão da democracia Madisoniana, a solução apresentada pelos autores traz um dilema conceitual, tendo em vista que a salvaguarda da democracia ocorre por meio de um mecanismo de viés elitista e antidemocrático: a retenção de líderes autocráticos por partidos e elites políticas contra os desejos das massas.

---

<sup>2</sup> O livro foca nos Estados Unidos, mas em uma perspectiva comparada. Os autores ressaltam as vantagens do estudo comparado dos regimes políticos de modo a relatar diversos outros casos, dos quais são exemplos a situação que levou à eleição de Hugo Chávez na Venezuela e casos históricos de sucesso em prevenir a ascensão de governos autoritários (Finlândia, por exemplo). Paradoxalmente, os autores mencionam o Brasil como uma das democracias estáveis, mas isso pode dever-se ao período em que o livro foi produzido e publicado (antes das eleições presidenciais brasileiras de 2018).

<sup>3</sup> É visto como “outsider” por não pertencer à política tradicional. Embora tenha ocupado o cargo de deputado por quase 30 anos, Jair Bolsonaro não tem uma trajetória tipicamente política, a começar pela carreira (militar) desvinculada a sindicatos ou associações de natureza cívica.

<sup>4</sup> Nas palavras do então candidato à Presidência da República: “esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”. Ver em: <https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/> (Último acesso: 01 de julho de 2019).

Caberia aos partidos e às elites políticas interromper a ascensão de líderes autocráticos, os quais são passíveis de identificação por meio de um teste que considera quatro fatores. Seguindo o trabalho de Juan Linz, os autores destacam os seguintes sinais para identificar políticos autocráticos: i) a rejeição das regras democráticas do jogo; ii) a negação da legitimidade dos oponentes; iii) a tolerância ou encorajamento da violência por motivos políticos; e iv) a indicação de desejo em restringir as liberdades civis dos oponentes, inclusive a mídia. Segundo os autores, a presença de apenas um desses itens seria motivo para gerar preocupação. Os quatro podem ser encontrados no Brasil, onde o discurso autoritário conta ainda com o apoio de camadas da população.

Pesquisa feita por Pablo Ortellado e Ester Solano abordou o perfil dos manifestantes dos protestos de direita. Sem um projeto político claro, as pautas que uniam os participantes eram a aversão ao PT e a luta contra a corrupção, elementos interligados na visão dos manifestantes, a despeito da citação de vários outros partidos e políticos na Operação Lava-Jato. Assim, nos protestos realizados entre 2007 e 2015, a aversão aos partidos políticos esteve atrelada majoritariamente ao antipetismo (Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015)<sup>5</sup>. Ademais, a rejeição das regras democráticas pode ser vista na falta de aceitação quanto aos resultados das eleições, sobretudo a de 2014, quando apoiadores do candidato Aécio Neves alegaram fraudes nas urnas eletrônicas<sup>6</sup>. A negação da legitimidade dos oponentes, a tolerância à violência e o desejo em restringir as liberdades civis são encontrados na defesa da extinção do Partido dos Trabalhadores, assim como em algumas manifestações governamentais sobre combate a vertentes ideológicas específicas.

Dessa forma, os autores de *“How Democracies Die”* destacam o papel das elites políticas e dos partidos como “guardiões” da democracia. Entretanto, o contexto brasileiro mostra que as elites econômicas também desempenham papel relevante. As manifestações que desembocaram no impeachment de Dilma Rousseff foram predominantemente compostas por membros das classes A e B (Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015). O apoio de tais segmentos, em especial do empresariado, parece fundamental na manutenção da ordem vigente. Nesse sentido, a existência de uma larga classe média nos Estados Unidos é ressaltada, por Levitsky e Ziblatt (2018), como um dos fatores que contribuíram para a manutenção da democracia estadunidense.

---

<sup>5</sup> Algumas manifestações continham atos de violência explícita a pessoas específicas – como a depredação de bonecos do Lula ou a colagem de adesivos ofensivos sobre a então presidenta Dilma – mais uma manifestação do discurso de ódio mencionado por Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015). Do ponto de vista da democracia, a vinculação categórica entre PT e corrupção e a defesa da extinção do partido e da esquerda – encarada como inimigo nacional – apontam uma tendência à rejeição da contestação pública. Soma-se a isso a apropriação de símbolos nacionais como elemento excludente de parcela da população ao título de “patriota”. Sobre isso, Levitsky e Ziblatt (2018) destacam que a consideração do adversário como inimigo muitas vezes coloca o adversário político em uma posição como se ele estivesse contra o patriotismo ou fosse uma ameaça à segurança.

<sup>6</sup> O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) chegou a solicitar auditoria para verificar a lisura da eleição. Ver em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html> (Último acesso: 02 de julho de 2019). De forma semelhante, o então candidato Jair Bolsonaro declarou que não aceitaria resultado diferente de sua vitória nas eleições presidenciais de 2018. Ver em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/bolsonaro-diz-que-nao-aceitara-resultado-diferente-do-que-seja-a-minha-eleicao.ghtml> (Último acesso: 02 de julho de 2019).

Além das elites, da sociedade civil e da existência de uma grande classe média, os autores destacam o papel das regras informais. No caso dos Estados Unidos, os autores destacam a tolerância mútua e a reserva institucional como duas regras informais que contribuem para a sobrevivência da democracia. A tolerância mútua refere-se ao respeito à existência dos oponentes, o que condiz com o conceito de "adversários" da democracia agonística. Em contraposição, líderes autoritários tendem a enxergar seus oponentes como "ameaças existenciais". Já o que os autores chamam de "reserva institucional" (*institutional forbearance*) refere-se ao ato de abster-se de exercer determinado direito que, embora legalmente previsto, violaria o espírito das leis.

Constantemente associando a democracia a um jogo, a reserva institucional seria uma espécie de "*fair play*". A governança por decretos é um exemplo (citado pelos autores) de violação à reserva institucional: ao governar por decreto, o presidente age em seu direito, mas acaba evadindo-se do debate com o Congresso<sup>7</sup>. Essa questão também remete aos casos de impeachment, os quais, por vezes, ainda que operando dentro da legalidade, foram impulsionados por razões mais políticas que jurídicas em violação ao "espírito da Constituição" (Levitsky & Ziblatt, 2018, p. 134). Os autores citam o caso do presidente Clinton, mas os mesmos pressupostos poderiam ser aplicados à situação de Dilma Rousseff: com ressalvas às diferenças nas motivações e na dinâmica das disputas políticas, ambos os processos foram bastante politizados.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt relatam vários casos históricos que confirmam os elementos presentes na análise. No que tange ao contexto atual, a situação narrada pelos autores tampouco é exclusiva dos Estados Unidos. Não por acaso, uma das preocupações centrais da produção acadêmica atual consiste na suposta retração mundial da democracia. Se a democracia liberal pareceu, em algum momento, um desfecho certo e inevitável – o "fim da história" nas palavras de Fukuyama (1989) – hoje é evidente que se trata em um território em eterna disputa e constante construção.

No que tange à análise, a persistência de regimes formalmente democráticos com atitudes autoritárias coloca em cheque mesmo as versões menos radicais de democracia, as quais reduzem o regime democrático à presença de determinadas instituições. Resta evidente que não basta a existência dessas instituições para confirmar a consolidação de democracia; é necessário averiguar como a sociedade interpreta e interage com o arcabouço institucional. Ainda assim, a presença de direitos políticos e liberdades civis são indiscutivelmente essenciais em uma democracia – ainda que sejam as condições mínimas. O surpreendente é que até mesmo essas condições mínimas parecem estar em risco.

Em suma, as instituições importam, mas também são relevantes as narrativas e as estratégias dos diversos segmentos que compõem a sociedade. Um discurso pautado pela eliminação da oposição política ou de padrões culturais diferentes dos hegemônicos consiste em uma ameaça aos valores democráticos, tendo em vista a relação histórica entre democracia e inclusão política (cf. Held, 2006). Nesse sentido, o livro "*How Democracies Die*" não é apenas uma

---

<sup>7</sup> Uma estratégia adotada para evitar a ingovernabilidade gerada por um governo dividido.

análise relevante do contexto atual, mas sobretudo um alerta: que não esqueçamos da natureza imperfeita da democracia, a qual está longe de ser uma conquista permanente.

Mais que um alerta, o livro também traz um dilema a ser enfrentado: se a democracia pode acabar por meio das próprias vias democráticas, é razoável que a democracia seja defendida mediante mecanismos antidemocráticos? E quando grande parte da sociedade civil despreza a democracia ou considera a questão irrelevante? Além da atuação dos partidos, um dos fatores que podem impedir a subversão das instituições democráticas é a opinião pública.

Um dos principais desafios consiste na polarização, cujo principal mecanismo de defesa seria a promoção de medidas que diminuíssem as desigualdades sociais. Entretanto, a polarização é também a causa da dificuldade de implementação de seu próprio remédio. Levitsky e Ziblatt (2018) salientam as dificuldades relacionadas à forte polarização que derivou da política de identidade. Nos Estados Unidos, o alto nível de exclusão social fez com que os segmentos mais prejudicados com as crises econômicas se situassem em posição polar aos grupos que defendem direitos de determinadas minorias<sup>8</sup>. A solução proposta pelos autores não é, no entanto, recorrer a elementos autoritários, tendo em vista que isso pode gerar um ciclo vicioso de extremismo e autoritarismo.

Por fim, cabe destacar que, segundo os autores, nem sempre a ascensão de um líder autoritário resulta na transição para um regime autoritário. É importante ainda lembrar que nem todo populismo possui natureza autoritária (cf. Norris & Inglehart, 2019). No caso dos Estados Unidos, as ambições autoritárias de Trump se mantiveram mais no plano discursivo, apesar de algumas iniciativas na direção do autoritarismo. Resta saber se a democracia brasileira seguirá os mesmos passos e o que poderemos fazer caso a crise democrática se aprofunde ainda mais.

### Referências Bibliográficas:

Dahl, Robert. 2005 [1971]. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Held, David. 2006. *Models of Democracy*. 3ª Edição. Stanford: Stanford University Press.

Freedom House. 2019. “Freedom in the World 2019”. Disponível em <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019/democracy-in-retreat>, consultado em 30/6/2019.

Fukuyama, Francis. 1989. “The End of History?” *The National Interest*. Disponível em <http://www.kropfpolisci.com/exceptionalism.fukuyama.pdf>, consultado em 27/06/2019.

Levitsky, Steven; Loxton, James. 2013. “Populism and competitive authoritarianism in the Andes”.

---

<sup>8</sup> A exclusão racial desempenha um papel fundamental nessas discussões. Para fortalecer alianças com segmentos considerados moderados, seria necessário que o Partido democrata abandonasse pautas como “*Black Lives Matter*”. Essa não é a estratégia adequada de acordo com Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, que defendem a adoção de medidas universalistas em combate às desigualdades sociais como uma das principais formas de lutar contra a ascensão do autoritarismo.

*Democratization*, 20. Disponível em  
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13510347.2013.738864>, consultado em  
30/6/2019.

Levitsky, Steven; Way, Lucan. 2010. *Competitive Authoritarianism: Hybrid regimes after the Cold War*, Cambridge University Press, Cambridge.

Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. 2018. *How Democracies Die*. Nova York: Crown Publishing.

Miguel, Luis Felipe. 2005. "Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, no 59. São Paulo: Editora da Revista BIB, p. 5-42. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-59/569-teoria-democratica-atual-esboco-de-mapeamento/file>, consultado em 30/6/2019.

Mouffe, Chantal. 1999 [1993]. *El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós.

Norris, Pippa; Inglehart, Ronald. 2019. *The Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Schedler, Andreas. 2006. *Electoral Authoritarianism: The Dynamics of Unfree Competition*, Lynne Rienner, Publishers, London.

Tatagiba, Luciana; Trindade, Thiago; Teixeira, Ana Cláudia. 2015. "Introdução". Em: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Tilly, Charles. 2006. *Regimes and Repertoires*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Pereira da Silva, Fabrício. 2017. "A 'qualidade da democracia' como um problema: que qualidades as nossas democracias deveriam possuir?". *Teoria & Pesquisa*, 26 (2). Disponível em <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/599/357>, consultado em 30/6/2019.

Rocha, Antonio Sérgio. 2013. "Mudança Política e Regimes Políticos: Paradigmas de Política Comparada e um Retorno à História?". *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, 1 (1). Disponível em <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/9>, consultado em 27/6/2019.

Van den Bosch, Jeroen. 2014. "Mapping Political Regime Typologies". *Przegląd Politologiczny*, 4. Disponível em <http://przegląd.amu.edu.pl/wp-content/uploads/2015/02/pp-2014-4-111.pdf>, consultado em 27/6/2019.